

**HABEAS CORPUS Nº 549.127 - AL (2019/0359101-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **LEANDRO DA SILVA SANTOS E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **MANOEL LEITE DOS PASSOS NETO - AL008017**  
 : **LEANDRO DA SILVA SANTOS - AL0015249**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**PACIENTE** : **V P DOS S (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de V. P. DOS S. – preso cautelarmente no dia 19/10/2019 e denunciado pela suposta prática do crime previsto no artigo 217-A do Código Penal – contra decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0807563-20.2019.8.02.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente teria supostamente segurado a vítima pelo braço, uma menina com idade de 12 anos, oportunidade em que propôs ter relação sexual com a suposta vítima e para isso lhe ofereceu o valor de R\$ 20,00 (vinte reais).

Homologado o flagrante, foi decretada a prisão preventiva (e-STJ fls. 73/76).

Contra essa decisão, a defesa postulou a revogação da prisão preventiva, que foi indeferida (e-STJ fls. 77/79).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar na Corte estadual, alegando falta de fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar do paciente. O Relator da ação originária, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 80/83).

Na presente oportunidade, o impetrante reafirma, em síntese, a ausência de fundamento idôneo, com base nas hipóteses do art. 312 do CPP, para justificar a manutenção da prisão provisória do paciente. Alega que o paciente foi denunciado pelo suposto crime de estupro de vulnerável, porém, somente teria

tentado pegar nas "nádegas" da vítima, sem o emprego de violência ou grave ameaça.

Afirma, ademais, ser o paciente primário, com bons antecedentes e ter residência fixa. Além disso, seria portador de doença psiquiátrica – esquizofrenia paranóide –, encontrando-se preso há mais de 30 (trinta) dias sem acesso a medicação e tratamento adequado, contexto que teria agravado mais sua condição.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319, tudo com superação da Súmula n. 691 do STF.

É o relatório. **Decido.**

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No caso, ao decretar a prisão preventiva do paciente, o Magistrado de primeiro grau considerou relevante resguardar a ordem pública, tendo em vista a gravidade da conduta, evidenciada pelo *modus operandi*. Confira-se (e-STJ fls. 74/75):

[...]

*No caso dos autos, fica evidente que a aplicação das medidas protetivas de urgência não se mostram adequadas e suficientes ao caso em apreço, especialmente em razão das peculiaridades*

*do caso concreto. Como se vê do depoimento da vítima, à fl. 07, o flagranteado foi para o quarto e a chamou (...), momento em que o flagranteado segurou os braços da vítima, ao mesmo tempo em que falava "você tem coragem de ir] para cama mais eu", a vítima o empurrou pedindo para ele se afastar (...) quando o flagranteado soltou a vítima, a mesma disse que ia embora, mas o flagranteado insistiu para que a vítima não fosse, momento em que tentou tocar suas nádegas (...).*

*Assim, a prova da existência do crime resta atestada pelo boletim de ocorrência de fls. 22/23. Já os indícios suficientes de autoria, mostram-se comprovados pelos depoimentos de fls. 01, 05 e 07, bem como pelo interrogatório do flagranteado, fl. 10, que, embora não tenha confessado o crime em si, confessou que "abraçou a vítima por trás".*

*De outro lado, evidencia-se, portanto, a necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista o modus operandi da conduta delituosa, que sem pensar nas consequências, propôs ter relação sexual com uma menina de 12 (doze) anos de idade, oferecendo-lhe dinheiro, consoante depoimento da vítima à fl. 07: "lembra-se que no momento em que ele segurava em seus braços e chamava para ir para casa dele, VERONALDO prometeu-lhe dar 20 reais quando ele recebesse".*

*No que concerne aos documentos juntados às fls.13/16, os mesmos datam de 2015, e, dentre eles, à fl. 16, um requerimento de marcação de perícia, o que não constituem elementos hábeis a comprovar eventual insanidade mental do flagranteado, que deve ser comprovado por, pelo menos, indícios claros e indubitáveis de que o flagranteado padece de algum quadro patológico contemporâneo, sendo que, um laudo médico datado de 03/09/2015 não constitui prova idônea, considerando-se o lapso aos dias atuais. Motivo pelo qual entendo pela não aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

O Relator da ação originária, do mesmo modo, entendeu não haver flagrante ilegalidade a justificar o deferimento da medida emergencial.

Com efeito, *Admite-se a prisão preventiva quando as circunstâncias concretas do crime revelarem risco à ordem pública.* (HC n. 118.844, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/11/2013, publicado em 19/12/2013).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, não se verifica manifesta ilegalidade na decisão que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte. Entendo que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* no momento adequado.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator